PEDRO AUGUSTO DE JESUS

**Flexibilização do processo na
tutela jurisdicional dos direitos transindividuais**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

PEDRO AUGUSTO DE JESUS

**Flexibilização do processo na
tutela jurisdicional dos direitos transindividuais**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Dr. Paulo Henrique dos Santos Lucon

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo-SP
2020**

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Jesus, Pedro Augusto de
Flexibilização do processo na tutela jurisdicional
dos direitos transindividuais ; Pedro Augusto de
Jesus ; orientador Paulo Henrique dos Santos Lucon --
São Paulo, 2020.
226
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Tutela jurisdicional. 2. Interesse coletivo.
3. Processo coletivo. 4. Flexibilização do processo.
5. Procedimento comum (Processo Civil). I. Lucon,
Paulo Henrique dos Santos, orient. II. Título.

Nome: JESUS, Pedro Augusto de

Título: Flexibilização do processo na tutela dos direitos transindividuais

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre
em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho, ainda mais acadêmico, é resultado de muita reflexão, estudo e dedicação do autor, que, certamente, não teria conseguido levar a termo a empreitada, sem a inestimável contribuição e o incentivo de muitas pessoas. São tantas as pessoas, do passado e do presente, do âmbito pessoal, profissional ou acadêmico, responsáveis por contribuir para que esse projeto fosse pensado e executado, que qualquer tentativa de as nomear representará sério risco de cometer injustiças. Apesar disto, a lembrança nominal a certas pessoas se mostra necessária, assim como deixar, desde já, registradas as escusas a quem, por um lapso, seja esquecido.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, nas pessoas dos meus avós, pais e irmãos, por todo o apoio, carinho e incentivo. Apesar de qualquer percalço que se tenha no caminho, a família é e sempre será a base de tudo, representando fonte perene de amor, solidariedade e companheirismo.

Ao estimado Orientador, Professor Paulo Henrique dos Santos Lucon, pela confiança depositada, pelos ensinamentos, pelos conselhos, pelos incentivos, pelo convívio e pelo modelo de professor e pessoa, que acabou se tornando para mim.

Aos Professores Kazuo Watanabe e Susana Henriques da Costa pelos debates e pelos conselhos no momento do exame de qualificação, que contribuíram para a estruturação do trabalho e jogaram luz sobre algumas ideias aqui desenvolvidas.

A todos os Professores do Departamento de Direito Processual da Universidade de São Paulo, na pessoa dos excelsos Cândido Rangel Dinamarco, José Roberto dos Santos Bedaque, José Rogério Cruz e Tucci, Flávio Luiz Yarshell, Marcelo José Magalhães Bonizzi, Oreste Nestor de Souza Laspro, Fábio Guidi Tabosa Pessoa, Antônio Carlos Marcato, Walter Piva Rodrigues e Camilo Zufelato, cujas disciplinas ofereceram valiosos subsídios teóricos e práticos necessários à elaboração da pesquisa elaborada.

Aos colegas e amigos de monitoria das disciplinas da graduação da FDUSP, sob a responsabilidade do nosso Orientador, em especial, Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo, João Pereira Monteiro Neto, Felipe Bragantini de Lima, Giovani dos Santos Ravagnani, Rafael Rodrigues, Marco Rangel, Raul Zocal, Luccas Lima, Nathália Vargas e Juliana

Sampaio, que, além da troca de ideias sobre assuntos acadêmicos, proporcionaram convívio que deixou mais leve a desafiadora jornada.

Aos colegas e amigos de trabalho, de ontem e de hoje, em especial a Otávio Sammarone, Paulo Martins, Ricardo Facury, André Marcassa Filho, Laura Morganti, Lucas Simão e Renato Cury, que se tornaram grande fonte de incentivo e inspiração para realização do curso.

E, por fim, mas não menos importante, a minha querida Laíse, companheira para toda a vida, que, desde o início, representou fonte de inspiração, amor, companheirismo e compreensão. Sem seu apoio, nada disto seria possível.

“I primi sono i compiti descrittivi, i secondi i compiti costruttivi. Il fisico, dopo tutto, non ha altro da fare che descrivere il mondo com’è (1), ma non l’ingegnere: questi, a differenza dall’altro, non può prescindere dal progetto; se egli non vede prima come l’edificio deve essere, cioè se non fruga nel campo della possibilità, non riesce a costruire. Ora i giuristi, e ancor più degli altri quelli che si occupano del processo, sono, non possono non essere dei costruttori.”

Francesco Carnelutti

JESUS, Pedro Augusto de. *Flexibilização do processo na tutela dos direitos transindividuais*. 2020. 226 p. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

As leis relacionadas à disciplina, material e processual, dos interesses coletivos formam um microssistema, cuja efetiva tutela depende do devido redimensionamento de institutos, princípios e regras do processo civil clássico, destinado à disciplina de litígios intersubjetivos, discutindo interesses meramente individuais. Apesar da estrutura substancial diferenciada dos interesses difusos e coletivos, continua-se a aplicar, recorrentemente, a mesma lógica e as mesmas regras do processo individual aos processos coletivos, sem qualquer diferenciação, o que prejudica a tutela daqueles interesses, pertencentes a todos ou a uma parcela significativa da sociedade. No atual cenário legislativo, a técnica da flexibilização do procedimento parece ser essencial à tutela efetiva dos interesses coletivizados, em busca da concretização da garantia do acesso à ordem jurídica justa, efetiva e em tempo razoável, abandonando-se a observância estrita do procedimento comum previsto na legislação individual (CPC), quando as peculiaridades do litígio ou do interesse em discussão exigirem, observados certos critérios. Apesar do insucesso das tentativas legislativas de reforma e aprimoramento do microssistema do processo coletivo, parece que as inovações introduzidas no sistema processual brasileiro, notadamente pelo advento Código de Processo Civil de 2015, reforçaram os fundamentos dogmáticos sobre o princípio da adaptabilidade procedimental, que autoriza a alteração do procedimento pelos sujeitos processuais (juiz e partes), desde que observados determinados parâmetros, atenuando, pois, o rigor dos princípios da legalidade das formas e da rigidez procedimental tradicionalmente inseridos em nosso sistema. A utilização da técnica da flexibilização procedimental parece, pois, essencial à dinâmica dos processos coletivos, de acordo com as hipóteses cogitadas no trabalho.

Palavras-chave: Tutela jurisdicional. Interesse coletivo. Processo coletivo. Flexibilização do processo. Procedimento comum (Processo Civil).

JESUS, Pedro Augusto de. *Flexibilização do processo na tutela dos direitos transindividuais*. 2020. 226 p. Master's Degree (Procedure Law) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

Laws related to the discipline, material and procedural, of collective interests form a microsystem, whose effective protection depends on the proper resizing of the institutes, principles and rules of the classical civil process, aimed at the discipline of intersubjective disputes, discussing merely individual interests. Despite the differentiated structure of diffuse and collective interests, the same logic and rules of the individual process continue to apply recurrently to collective processes without any differentiation, which undermines the protection of those interests, belonging to all or one significant portion of society. In the current legislative scenario, the technique of easing the procedure seems to be essential to the effective protection of the collectivized interests, seeking to ensure the guarantee of access to the fair, effective and reasonable time, abandoning the strict observance of the common procedure provided for. individual legislation (CPC), when the peculiarities of the dispute or interest under discussion require. Despite the failure of legislative attempts to reform and improve the collective process microsystem, it appears that the innovations introduced in the Brazilian procedural system, notably the advent of the Civil Procedure Code of 2015, reinforced the dogmatic foundations on the principle of procedural adaptability, which allows alteration of the procedure by the procedural subjects (judge and parties), provided that certain parameters are observed, thus attenuating the rigor of the legality of the procedural form and rigidity traditionally provided for in our system. The use of the procedural flexibilization technique seems, therefore, essential to the dynamics of the collective processes, according to the hypotheses considered at work.

Keywords: Court protection. General public and collective interests. Collective procedure. Procedure flexibility. Standard proceedings (Civil Procedure).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art./arts. – artigo/artigos

CDC – Código de Defesa do Consumidor

Cf. – conforme

CF – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC – Código de Processo Civil de 2015

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

FPPC – Fórum Permanente de Processualistas Cíveis

LACP – Lei da Ação Civil Pública

LAP – Lei da Ação Popular

LIA – Lei de Improbidade Administrativa

LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

PL – projeto de lei

RE – recurso extraordinário

REsp – recurso especial

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TJRJ – Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Problemática e delimitação do tema	21
1.2 Justificativa da escolha.....	25
1.3 Objetivo do estudo e metodologia.....	29
2 NOÇÕES RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	31
2.1 Instrumentalidade do processo	31
2.2 Modelo constitucional do processo.....	35
2.3 Acesso à Justiça.....	40
2.4 Tutela jurisdicional, técnica processual e efetividade.....	45
3 TUTELA COLETIVA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	49
3.1 Breve notícia histórica.....	49
3.1.2 Antecedentes remotos da tutela processual coletiva	49
3.1.3 Evolução histórica do processo coletivo brasileiro	53
3.2 Delimitação do âmbito de atuação do processo coletivo	59
3.2.1 Interesses ou direitos subjetivos?	59
3.2.2 Interesses tutelados coletivamente	64
3.2.2.1 Interesses difusos	67
3.2.2.2 Interesses coletivos	70
3.2.2.3 Interesses individuais homogêneos	73
3.3 Relevância jurídica, social e política, da tutela coletiva	77
3.4 Microsistema coletivo.....	80
3.4.1 Núcleo duro: LACP e CDC.....	84
3.4.2 Aplicação subsidiária do CPC aos processos coletivos.....	86
3.5 Problemática em torno do microsistema	89
3.5.1 Disciplina esparsa da tutela coletiva e tentativas de aprimoramento	89
3.5.2 Influência do modelo de processo individual sobre o coletivo	93
3.6 Conclusão parcial	97

4 FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS PARA A FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL NO SISTEMA BRASILEIRO.....	101
4.1 Processo e procedimento	101
4.1.1 Natureza jurídica do processo.....	101
4.1.2 Distinção entre processo e procedimento	106
4.1.3 Normas processuais e normas procedimentais	111
4.1.4 Classificação dos procedimentos e fundamentos da diversificação procedimental	116
4.2 Formalismo no processo civil e no procedimento.....	121
4.3 Sistemas rígidos e flexíveis	125
4.3.1 Modelo procedimental rígido no sistema brasileiro	127
4.3.2 Sistemas procedimentais flexíveis.....	131
4.4 Mitigação da rigidez procedimental no sistema brasileiro.....	135
4.4.1 Instrumentalidade das formas.....	135
4.4.2 Princípios da adequação e da adaptabilidade procedimental.....	139
4.4.2.1 Princípio da adequação procedimental	139
4.4.2.2 Princípio da adaptabilidade procedimental.....	144
4.5 Flexibilização procedimental: noções gerais.....	147
4.6 Fundamentos para a flexibilização procedimental judicial	149
4.6.1 Gerenciamento de processos e a eficiência processual	151
4.6.2 Requisitos indispensáveis para a flexibilização judicial.....	154
4.6.2.1 Finalidade.....	155
4.6.2.2 Contraditório	156
4.6.2.3 Motivação	159
4.6.3 Argumentos desfavoráveis à adaptação procedimental judicial: análise crítica	160
4.7 Flexibilização procedimental pelas partes e o novo modelo do processo civil.....	163
4.8 Conclusão parcial	167

5 FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL E TUTELA COLETIVA.....	173
5.1 Poderes do juiz nas ações coletivas.....	173
5.2 Customização do procedimento pelas partes	177
5.3 Hipóteses de flexibilização procedimental.....	180
5.3.1 Ampliação de participação	180
5.3.2 Elementos objetivos da demanda	187
5.3.3 Prazos judiciais.....	192
5.3.4 Métodos alternativos de resolução de conflitos	196
5.3.5 Emprego de técnicas do microssistema.....	201
5.3.6 Decisões de mérito em ações coletivas complexas	207
6 CONCLUSÃO.....	213
REFERÊNCIAS.....	217

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA E DELIMITAÇÃO DO TEMA

A tutela coletiva foi colocada em evidência nas últimas décadas, com o estabelecimento de razoável número de normas na CF e legislação infraconstitucional sobre o tema, sendo que algumas das leis editadas se dedicam exclusivamente à declaração de direitos coletivos e/ou à criação de ferramentas processuais dedicadas à proteção e restabelecimento da ordem jurídica coletiva material.

Com o intuito de conferir tutela jurisdicional diferenciada aos bens coletivos, foram editadas inúmeras leis tratando do processo coletivo, a exemplo da LAP, Lei nº 6.938/1981 (Defesa do Meio Ambiente), LACP, Lei nº 7.853/1989 (Defesa dos Interesses das Pessoas Portadoras de Deficiência), Lei nº 7.913/1989 (Defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários), ECA, CDC, LIA, entre outras.

O processo civil coletivo, como reflexo das particularidades dos direitos e interesses transindividuais (direito material), possui estrutura interna própria e peculiaridades que o distingue, claramente, do processo civil clássico orientado à tutela dos direitos subjetivos. Difere-se a disciplina do processo civil coletivo do clássico em relação a categorias e institutos processuais básicos, mediante a adaptação das regras a respeito da competência, legitimidade, participação, coisa julgada e execução. Existe, portanto, um microsistema de processo coletivo, ramificação do Direito Processual Civil, que além de portar regras próprias, formadas por leis específicas que se integram e se complementam reciprocamente, exige o redimensionamento de princípios e institutos próprios do processo civil clássico.¹

A visão sistemática do processo civil coletivo, no entanto, não impede que a pluralidade de leis sobre o tema, apesar de sua grande relevância política, social e jurídica, acarrete uma série de empecilhos conceituais interpretativos, em virtude da proliferação de textos legais, que estende seus efeitos à prática judicial.² Além disso, muitas das leis

¹ Cf. Nelson Nery Júnior. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. p. 220-222.

² Cf. Daniela Monteiro Gabbay. *Pedido e causa de pedir*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 112, nota 78.

dedicadas à disciplina dos instrumentos da tutela coletiva são desprovidas de técnicas e normas de procedimento adequadas à natureza dos direitos que buscam proteger.³

Em grande medida, a falta de um tratamento adequado dos processos coletivos se deve à ausência de legislação prevendo institutos e técnicas específicas para a regulamentação destes tipos de litígios, tanto sob um ponto de vista da relação jurídica processual, como do procedimento. São recorrentes os dispositivos das leis integrantes do microssistema processual coletivo que determinam a adoção do procedimento comum do CPC ou a aplicação supletiva de tal diploma na parte em que omissas.

Ocorre que o CPC é, basicamente, uma lei orientada à disciplina dos processos cuja *res in indicium deducta* gira em torno de um interesse particular e individual.⁴ Em outras palavras, nos processos coletivos, os “[...] instrumentos processuais são os mesmos, as técnicas são as mesmas e mesmo o procedimento desenhado é, substancialmente, o mesmo que é empregado para a tutela de interesses individuais em sentido estrito.”⁵

As inúmeras dúvidas e dificuldades práticas geradas pelo contexto normativo do processo coletivo, em certa medida caótico, incentivaram a comunidade jurídica nacional a se engajar na elaboração de importantíssimos projetos de lei sobre as ações coletivas. Para fins de ilustração, mencionaremos apenas dois deles, sem desconsiderar a relevância de outros que tenham sido formulados.

O primeiro se trata do projeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, elaborado em curso de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da USP.⁶ O projeto destaca a preocupação com um tratamento uniforme das ações coletivas, por meio

³ A LACP e o CDC, costumeiramente apontadas como as leis formadoras do núcleo do microssistema do processo coletivo, não contêm disciplina detalhada relativa a temas relevantes, como o pedido, a resposta, a revelia, o julgamento antecipado, entre outras matérias (cf. Rodolfo de Camargo Mancuso. *Ação civil pública*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 93).

⁴ Cf. José Roberto dos Santos Bedaque. *Direito e processo: influência do direito material sobre o Processo*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 18.

⁵ Cf. Sérgio Cruz Arenhart. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* (coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 479. Parece-nos que não há como se negar que o uso acentuado das técnicas do processo individual no processo coletivo acaba trazendo impactos à tutela dos direitos coletivos tanto no plano teórico como prático.

⁶ Os trabalhos acadêmicos de elaboração do projeto foram inspirados no Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual, e foram capitaneados por Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Antônio Gidi. Após amplas discussões, alguns de seus dispositivos foram incorporados ao projeto de Lei da Ação Civil Pública para tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, apresentado à Câmara dos Deputados (PL 5.139/2009).

da previsão de princípios e institutos próprios aplicáveis a todas as espécies da tutela coletiva.⁷

Já o segundo, trata-se do PL 8.058/2014, atualmente em tramitação perante a Câmara dos Deputados, para a regulamentação dos chamados “processos estruturais” ou “processos de interesse público”, espécie de ação coletiva destinada ao controle de políticas públicas.⁸

Em comum, referidos projetos revisitam alguns institutos do Direito Processual Civil clássico, adaptando-os às necessidades da tutela coletiva, e também conferem uma maior flexibilidade ao procedimento, autorizando a elasticidade procedimental de forma genérica ou específica, quer para autorizar a alteração da causa de pedir ou do pedido anteriormente à prolação da sentença, quer para a adaptação geral do procedimento quando houver consenso entre as partes. Entretanto, não há perspectiva de aprovação dos referidos projetos ou de quaisquer outros que tragam alterações substanciais à disciplina das ações coletivas.

Inequivoco que aplicação irrefletida das técnicas e regras de procedimento rígidas, ainda que supletivamente, “contaminam” o processo coletivo, apesar dos esforços doutrinários na releitura e na adaptação de tais preceitos para aplicação às ações coletivas.⁹ Os efeitos desta aplicação irrefletida das técnicas e do procedimento rígido do processo

⁷ O projeto prevê interessantes técnicas para as ações coletivas. De acordo com alguns de seus dispositivos: o juiz é habilitado a interpretar extensivamente a causa de pedir e o pedido, a parte interessada poderá alterar o pedido ou a causa de pedir desde que não haja prejuízo à defesa da parte adversa, tornam-se mais abrangentes as hipóteses de conexão, continência e litispendência. Ainda, no projeto, algumas técnicas já conhecidas do processo civil individual são adaptadas às necessidades da tutela coletiva.

⁸ Em seu texto original, o projeto de lei estabelece alguns princípios e normas aplicáveis aos processos estruturantes. A lei projetada pretende abandonar a estrutura subjetiva bipolarizada clássica característica dos processos individuais, instituindo um processo policêntrico e orientado à produção de decisões pautadas no diálogo e colaboração entre o juiz, as partes, os representantes do Legislativo e Executivo, bem como a sociedade. Também dá maior realce à possibilidade da flexibilização procedimental, à oralidade e estimula a adoção dos métodos alternativos de composição de litígios (arbitragem, mediação e conciliação).

⁹ Paulo Henrique dos Santos Lucon e Daniela Monteiro Gabbay, ao comentarem o anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, asseveram que o procedimento nas ações coletivas é rígido e propõem uma releitura da preclusão no âmbito da tutela coletiva, mediante a superação de dogmas e apriorismos característicos da legislação processual civil individual, nitidamente formalista, com a implementação de uma estrutura procedimental diferenciada. Nesta estrutura diferenciada, dar-se-ia relevância à construção dialogal do objeto litigioso da demanda como forma de mitigar a aplicação rígida da preclusão, disposição e eventualidade, quanto à definição sobre o *thema probandum* e *thema decidendum*. A atuação do juiz, por meio de sua atividade gerencial, seria fator importante para se alcançar este desiderato (Superação do modelo processual rígido pelo Anteprojeto do Código Brasileiro de Processos Coletivos, à luz da atividade gerencial do juiz. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Direito processual coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 79-95).

individual, em muitos casos, dificulta a realização do direito material, conduzindo a situação injusta e não desejada pelo sistema constitucional e valores imperantes na sociedade.¹⁰

Há muito a doutrina processual tem entendido que o acesso à justiça está intimamente ligado ao modo de ser do processo, isto é, à existência de meios processuais adequados à proteção das situações de direito material.¹¹ Não basta a declaração do direito, o caminho a ser percorrido para o alcance deste desiderato também possui enorme importância, tanto do ponto de vista de quem tem razão, como daquele que não tem no conflito de interesses.

Desta forma, o objeto do presente trabalho é o estudo da flexibilização do procedimento nas ações coletivas, a fim de dissertar sobre a modificação do roteiro processual, de forma distinta do modelo padrão concebido pelo legislador, pelo juiz e/ou pelas partes, como medida de assegurar o necessário e prometido acesso à justiça, mediante a transformação do processo em meio adequado e efetivo à tutela do direito material no caso concreto.

Muito importante destacar, desde já, que não é intuito do trabalho defender a geral, ampla e irrestrita flexibilização do procedimento legal, concebido pelo legislador, até porque constitui penhor de legalidade, segurança e previsibilidade. Isto seria inconcebível a partir do modelo de processo constitucional. Entretanto, queremos identificar as situações excepcionais em que a flexibilização seria possível, suas condicionantes, e a extensão dos poderes do juiz e/ou das partes.

Mediante uma abordagem da dinâmica processual, tentaremos abordar as formas como pode ocorrer a flexibilização do procedimento, tanto do ponto de vista da alteração sequencial dos atos processuais, quanto da flexibilização da técnica processual incidente sobre o procedimento.

Diante do objeto de estudo proposto, não se percebe a necessidade de distinguir, no tratamento da matéria, os diversos tipos de ações coletivas. Ao longo do estudo serão feitas algumas breves referências às leis dispendo sobre tais espécies de ações coletivas, mas sem

¹⁰ Cf. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica. In: SALLES, Carlos Alberto de (coord.). *As grandes transformações do Processo Civil brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 32.

¹¹ Cf. Luiz Guilherme Marinoni, há verdadeiro direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva que “(...) confere o direito ao procedimento (técnica processual) realmente capaz de atender aos direitos, seja perante o Estado, seja perante os particulares.” (*Técnica processual e tutela de direitos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 64).

a intenção de aprofundamento em relação a um tipo ou outro. Consideramos viável a abordagem nesse sentido, tendo em vista as características comuns existentes nos procedimentos aplicáveis a tais ações, notadamente no que concerne as demandas regidas pelo núcleo duro do microssistema (LACP e CDC), a similaridade dos institutos e a sistematização do ferramental coletivo.

A evolução doutrinária sobre o tema das ações coletivas chegou ao ponto de muitos advogarem pelo surgimento do Direito Processual Coletivo, como novo ramo da ciência processual civil, com seus próprios princípios e regras, levando em consideração que diversos de seus institutos e normas processuais recebem tratamento uniforme em termos internos do microssistema e diferenciado em relação ao direito processual individual.¹² Ainda mais por esta razão, concebemos possível a adoção de um tratamento teórico uniforme a todas as espécies de ações coletivas tratadas no presente trabalho.

1.2 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

É sabida a importância política e social dos instrumentos de tutela dos bens jurídicos coletivos. A existência dos interesses e direitos coletivos, pertencentes a todos ao mesmo tempo e a ninguém em particular, fomenta a coesão da sociedade, que, para a defesa dos direitos transindividuais, organiza-se por meio de associações e organizações não governamentais e mantém intenso contato com órgãos estatais incumbidos da tutela de tais interesses (v.g., Ministério Público e Procons).¹³

Igualmente, os instrumentos de proteção aos interesses coletivos, como a ação civil pública, forneceram importantes ferramentas à sociedade para o controle dos atos administrativos e políticas públicas de responsabilidade do Estado.¹⁴ As ações coletivas têm sido amplamente utilizadas, a fim de fazer valer os direitos fundamentais sociais e, conseqüentemente, para a definição e condução dos rumos das políticas públicas estatais.¹⁵

¹² Cf. Ada Pellegrini Grinover. *Direito Processual Coletivo*. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos (coord.). *Tutela Coletiva: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, 15 anos do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 302-308.

¹³ Cf. Swarai Cervone de Oliveira. *Poderes do juiz nas ações coletivas*. São Paulo: Atlas S.A., 2009. p. 34-36.

¹⁴ Cf. Swarai Cervone de Oliveira. *Poderes do juiz nas ações coletivas...* p. 34-36.

¹⁵ Nesse sentido: Ada Pellegrini Grinover. Caminhos e descaminhos do controle jurisdicional de políticas públicas no Brasil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et. al.* (coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 423-448; Sérgio Cruz Arenhart. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão... p. 475-491; Thaís Aranda Barrozo. Política ambiental – 1ª Vara da Subseção Judiciária de Criciúma/SC (Justiça Federal) – Ação Civil Pública nº 93.80000533-4 (Caso Criciúma) - Sentença em 05 de janeiro de 2000... p. 549-555.

Diante da relevância e peculiaridades dos bens jurídicos coletivos e os tipos de litígios criados em torno deles, imprescindível que o processo constitua um método adequado e efetivo à tutela de tais interesses e direitos. Tamanha a especialidade da tutela coletiva que parcela da doutrina tem propugnado que o processo coletivo é portador de princípios e institutos próprios, o que leva à igual necessidade de que as técnicas e os procedimentos aplicáveis a ações coletivas não se limitem a uma mera reprodução do que ocorre no processo individual, cujo procedimento é rígido.¹⁶

Com efeito, parcela da doutrina entende que as leis processuais coletivas devem sempre ser interpretadas de “forma criativa, aberta e flexível”, devendo ser rejeitadas aplicações demasiadamente técnicas.¹⁷ Ou seja, de grande relevância a elaboração de estudos que tratem do procedimento nas ações coletivas e da possibilidade de flexibilização, partindo da premissa de que os institutos, técnicas e procedimento do processo individual merecem uma releitura e adaptação quando aplicados na arena do processo coletivo.

Em paralelo à questão específica das ações coletivas, o estudo do procedimento, sua configuração e viabilidade jurídica de sua modulação às situações peculiares dos casos concretos têm atraído, cada vez mais, o interesse e a atenção dos processualistas.¹⁸

O modelo processual brasileiro adota o chamado *sistema da legalidade das formas procedimentais*, isto é, os procedimentos judiciais devem seguir rigorosamente as etapas previamente estipuladas pelo legislador, salvo havendo expressa autorização legal.¹⁹ Este tipo de sistema visa oferecer uma maior segurança jurídica e previsibilidade aos jurisdicionados, posto que possibilita que se saiba, antes mesmo da formação do processo concreto, como a relação jurídica processual nascerá, será desenvolvida e terminará.²⁰ É

¹⁶ Cf. Cândido Rangel Dinamarco, o sistema processual brasileiro adota um modelo de procedimento rígido, posto que permeado de regras de preclusão e pela nítida distribuição dos atos processuais em fases bem definidas (*Instituições de Direito Processual Civil*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. v. 2. p. 526-528).

¹⁷ Cf. Antônio Gidi. *Rumo a um código de processo civil coletivo*: a codificação das ações coletivas no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 162.

¹⁸ Destaque-se, nesse sentido, o estudo feito por Fernando da Fonseca Gajardoni. *Flexibilização procedimental*. São Paulo: Atlas, 2008.

¹⁹ As fases variam de acordo com o tipo de tutela e/ou com o procedimento escolhido e indicado pela lei. No processo de conhecimento, o procedimento comum possui quatro fases bem delineadas, ainda que não expressamente referidas na lei processual (CPC e legislação processual extravagante), quais sejam, postulatória, ordinatória, instrutória e decisória. Nada obstante, o sistema da legalidade das formas não é o único admissível, sendo concebível a possibilidade de se deixar ao arbítrio do juiz regulá-las às exigências do caso concreto. Embora considere o sistema da legalidade o que mais oferece garantias aos litigantes, Chiovenda considera que a extensão de poderes ao juiz representa poderoso instrumento de simplificação processual, entretanto, ela somente é possível “em proporção da confiança que, em dado momento, a ordem judiciária inspira aos cidadãos” (*Instituições de Direito Processual Civil*. Tradução de J. Guimarães Menegale. São Paulo: Saraiva, 1965. v. 3. p. 5.).

²⁰ Cf. Fernando da Fonseca Gajardoni. *Flexibilização procedimental...* p. 79.

praticamente um consenso que a legalidade da forma procedimental funciona ao mesmo tempo como uma garantia ao jurisdicionado e uma limitação ao poder do juiz, evitando o cometimento de arbitrariedades.²¹

Além disso, a rigidez do sistema resta também caracterizada pelo emprego acentuado do instituto da preclusão, que inibe retrocessos processuais, somente possíveis quando houver expressa autorização legal ou o reconhecimento de nulidades processuais. Estão relacionados ao sistema de preclusões as regras referentes à estabilização subjetiva e objetiva da demanda.

No entanto, questionamentos recentes têm colocado em dúvida se o modelo procedimental rígido é o único compatível com o ideário do processual civil moderno e apto a assegurar os valores constitucionais relacionados à segurança jurídica e isonomia no foro processual. Isso porque o modelo da legalidade estrita do procedimento concebido pelo legislador não parece infalivelmente idôneo a oferecer tutela adequada, efetiva e em tempo razoável a todas e quaisquer situações conflituosas que desemboquem no Judiciário. A prestação da tutela jurisdicional pode ser comprometida diante da restrita elasticidade procedimental concedida aos operadores do sistema processual.²²

Certamente, um importante marco na discussão do tema (flexibilidade procedimental) tornou-se a promulgação do corrente CPC, legislação orientada basicamente à disciplina das ações individuais, mas que contemplou algumas técnicas autorizadoras da modulação do procedimento ao juiz e às partes, que podem e merecem ser estendidas às ações coletivas.

O juiz tem o poder de dilatar prazos processuais e alterar a ordem da produção dos meios de prova (CPC, art. 139, inc. VI) e a lei também o autoriza a dilatar o prazo para manifestação sobre a prova documental, a depender da quantidade e complexidade da documentação (CPC, art. 437, §2º), tudo para adequar o processo às necessidades do caso concreto. Embora, é certo, pareça que os poderes de direção processual não se limitem a tais hipóteses.

Por sua vez, as partes, sendo plenamente capazes, por disposição do art. 190 do CPC, estão autorizadas a firmar acordo, dispondo sobre “mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa”, desde que incidente sobre processo a respeito de

²¹ Cf. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. *Do formalismo no Processo Civil*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 7-9.

²² Cf. Fernando da Fonseca Gajardoni. *Flexibilização procedimental...* p. 2.

direitos que admitam a autocomposição, estando autorizadas também, de comum acordo e com a participação do juiz, a estabelecer um calendário para a prática dos atos processuais (CPC, art. 191).

Nítida (ainda mais, para alguns), desta forma, a adoção pela legislação brasileira do *princípio da adaptabilidade procedimental*, mediante a autorização legal expressa ao juiz e às partes sobre a possibilidade de conformarem, em algumas situações e em certa extensão, aspectos do procedimento a que estão submetidos. Estas alterações legislativas foram seguidas por inúmeros trabalhos acadêmicos relacionados ao tema.

Nada obstante, é válido destacar, como já mencionado acima, que mesmo antes da edição do atual CPC, já era possível sustentar a viabilidade das alterações procedimentais para atendimento das exigências do caso concreto e aprimoramento da tutela jurisdicional, a partir da CF, ainda que de forma bastante delimitada. Como já apontava autorizada doutrina, os princípios da adequação e da adaptabilidade procedimental são implícitos no sistema processual civil brasileiro.²³

Esta visão se opõe à diferente percepção da doutrina que costumava qualificar as regras de procedimento, como normas essencialmente de ordem pública, cogente e não-dispositiva, a ponto de se defender que a indisponibilidade dos procedimentos seria “ponto verdadeiramente fixo na teoria e na disciplina destes.”²⁴ Em outras palavras, a doutrina brasileira é demasiadamente apegada ao princípio da legalidade das formas procedimentais, fato este que, acreditamos, tende a ser mitigado com as inovações legais supramencionadas.

Nesse sentido, considerando o contexto normativo das ações coletivas, sua importância jurídica, social e político, e o atual estágio doutrinário e legislativo sobre a elasticidade das regras procedimentais, parece-nos que um estudo dedicado à flexibilização procedimental em tal sede tem relevada importância e poderá auxiliar na compreensão e debate sobre o tema, sem, é claro, qualquer pretensão de esgotá-lo.

²³ Cf. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Efetividade do processo de conhecimento. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 96, p. 59-69, out./dez. 1999. p. 66.

²⁴ Cf. Cândido Rangel Dinamarco. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. p. 345. v. 3.

1.3 OBJETIVO DO ESTUDO E METODOLOGIA

O presente trabalho tem como objeto principal o estudo da flexibilização do procedimento nas ações coletivas, a fim de dissertar sobre os fundamentos e as hipóteses autorizadoras da alteração do roteiro processual, de forma distinta do modelo padrão concebido pelo legislador, pelo juiz e/ou pelas partes, como medida de assegurar o necessário acesso à justiça, mediante a transformação do processo em meio adequado e efetivo à tutela do direito material no caso concreto.

As principais questões que procuraremos analisar, por meio deste estudo, referem-se à possibilidade de alteração do procedimento no processo coletivo para adaptação do processo às peculiaridades do caso concreto, e, em caso positivo, especificar os seus fundamentos, condicionantes, limites e identificar os sujeitos processuais autorizados a promovê-la.

Iniciaremos o trabalho estabelecendo algumas premissas metodológicas julgadas necessárias ao desenvolvimento e atingimento do escopo do estudo. Assim, falaremos sobre a instrumentalidade do processo, o modelo constitucional do processo, acesso à justiça e a relação entre tutela jurisdicional, técnica processual e efetividade.

Em seguida, abordaremos aspectos da tutela coletiva, desde suas origens, passando pela evolução da regulação no Brasil, pelo âmbito de atuação da tutela coletiva (interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos), por sua relevância jurídica, política e social, pela estruturação do microssistema, até a problemática atual referente à disciplina esparsa da matéria coletiva e a influência do modelo de processo individual no seu tratamento, tudo com o objetivo de demonstrar que a tutela adequada dos bens coletivos depende de uma maior flexibilização da forma dos atos processuais e do procedimento.

Subsequentemente, trataremos de noções e algumas questões relacionadas aos institutos jurídicos do processo e do procedimento, bem como o modelo adotado pela legislação brasileira a respeito da rigidez procedimental. Pretendemos, ainda, dar especial ênfase aos fundamentos para a flexibilização procedimental no ordenamento jurídico brasileiro, com especial análise do princípio da adaptabilidade do procedimento.

Ainda, pretendemos focar nossa análise na correlação entre o devido processo legal e a legalidade procedimental, a fim de responder se esta última é requisito da observância do

primeiro no ordenamento jurídico brasileiro. Pretendemos demonstrar que a regra da legalidade procedimental não é absoluta e merece ser, no mínimo, mitigada quando se falar nas ações coletivas, claro, se presentes determinados requisitos que a autorizem o afastamento do princípio. Investigaremos, também, as condicionantes, os limites e a natureza de eventuais normas jurídicas disciplinando o assunto. Da mesma forma, a questão será analisada de uma perspectiva subjetiva, mediante a análise de institutos jurídicos potencialmente capazes de justificar a flexibilização pelo juiz (*case management* ou gerenciamento do processo) e pelas partes (negócios jurídicos processuais).

Em seguida, dedicaremos um capítulo à abordagem da flexibilização do procedimento no âmbito das ações coletivas. No capítulo derradeiro, além dos fundamentos que autorizam uma atuação mais comprometida do órgão jurisdicional e a alteração do *iter* procedimental pelas partes processuais (formais), pretendemos dissertar sobre a flexibilização de forma dinâmica, em relação a alguns temas relevantes para a tutela coletiva dos direitos coletivos, a respeito de pontos sensíveis da tutela coletiva (participação, elementos objetivos da demanda, prazos, métodos alternativos de resolução de conflitos, intercâmbio de técnicas integrantes do microssistema, e atenuação da rigidez das decisões judiciais em causas complexas).

A partir deste breve panorama sobre o estudo que se pretende desenvolver, o método de abordagem privilegiado será o dedutivo, com o intuito de particularizar o tema objeto do projeto a partir de uma perspectiva mais ampla e abrangente, traçando-se, desse modo, as bases para estudo do tema central. Ainda, essencial para o desenvolvimento do tema, a visão instrumental do processo, que não encerra sistema que se esgota em si, e que deve estar alinhado com os objetivos e escopos da jurisdição.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou enfrentar o problema da insuficiência do procedimento padrão do processo civil individual (procedimento comum), inspirado em valores liberais-individualistas, para o equacionamento adequado das situações litigiosas coletivas. Ainda que exista uma plêiade de leis disciplinando diferentes aspectos das relações coletivas e de sua tutela, persiste a aplicação dos mesmos institutos, regras e lógica do processo individual aos processos coletivos. Assim, necessária se mostra a flexibilização das regras de processo e de procedimento no atual cenário da tutela coletiva brasileira, como um dos aspectos para aprimoramento da tutela jurisdicional coletiva.

Apesar dos inúmeros problemas enfrentados na tutela coletiva em nosso sistema jurídico, que exigem diferentes respostas e soluções, buscamos abordar a viabilidade (ou não) do emprego da técnica da flexibilização procedimental no âmbito da tutela coletiva, de acordo com a nossa atual legislação e doutrina. E a resposta parece ser positiva, tendo sido reforçada não apenas com a introdução de novas regras no ordenamento jurídico processual, mas também com a implementação de um novo modelo de atuação dos sujeitos processuais.

A questão relativa ao procedimento, apesar do instituto, em certo período da ciência processual, ter sido relegado a um segundo plano, é curial para a adequada tutela de quaisquer direitos, sejam estes individuais ou coletivos. O procedimento merece a devida atenção, pena de, não o fazendo, descuidar do processo, assim como, em última instância, da tutela jurisdicional. A atividade jurisdicional depende do processo e o processo depende do procedimento.

Com efeito, a visão instrumentalista não apenas reconhece que o processo é um instrumento da jurisdição, devendo se conformar aos seus objetivos, mas também deve ser adequado à tutela do direito material, adequando-se às características do seu objeto. Apesar da autonomia científica do processo, os institutos e normas processuais devem ser adequados à declaração e à concretização dos direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico. A garantia constitucional do acesso à justiça merece ser lida a partir dos planos da tutela (a quem possui razão), da razoável duração do processo e da efetividade processual. As técnicas processuais também se compreendem dentro da noção da tutela jurisdicional e são determinantes para o sucesso da atuação jurisdicional.

O microsistema coletivo carece de reforma, para imprimir maior coesão e coerência à sua organização. Também merece reforma para que o processamento das causas

coletivas se distancie ao máximo do procedimento comum do CPC, notadamente adequado ao processamento das causas discutindo situações e relações individuais. Reconhecidamente, diante das características dos interesses em jogo, com amplo espectro subjetivo, o processo coletivo deve ser dotado de maior flexibilidade quanto às regras processuais e procedimentais, de modo a poder ser configurado de acordo com as necessidades do caso concreto.

Se por um lado, não frutificaram as reformas esperadas no microssistema coletivo, por outro a legislação brasileira sofreu relevante transformação em tempo recente, que permitiu vislumbrar reforço dos argumentos doutrinários sobre a possibilidade de mitigação das regras rígidas sobre as formas processuais e do procedimento. Com efeito, paira sobre o sistema jurídico brasileiro o princípio da adaptabilidade procedimental, que autoriza que os sujeitos processuais conformem o procedimento às necessidades do caso concreto, desde que presentes certos requisitos e cumpridos determinado parâmetros. Daí exsurge a técnica da flexibilização procedimental, conhecida e reconhecida em outros ordenamentos jurídicos estrangeiros.

Referida técnica se revela como importante instrumento para a atuação tanto do juiz como das partes. No âmbito da tutela coletiva, os poderes e a responsabilidade daquele são significativamente maiores, diante do grande alcance das causas coletivas, pelo que o grau de comprometimento do órgão jurisdicional deve ser medido pela capacidade de adequar o procedimento às especificidades da causa coletiva, quando, naturalmente, for necessário. De outro lado, não pode ser rejeitada a atuação das partes na conformação do procedimento coletivo, que, além de ter grande potencial de aprimorar a prestação da tutela jurisdicional, não parece, aprioristicamente, implicar em disposição sobre o direito material em discussão.

A flexibilização procedimental é mecanismo que tem papel essencial na dinâmica das causas coletivas, denotando a sua importância as seguintes situações: ampliação da participação no processo coletivo, mitigando a lógica bipolarizada imposta pelo sistema individual; modificação dos elementos objetivos da demanda; adequação dos prazos judiciais às circunstâncias da causa; no adequado emprego dos métodos alternativos de resolução de conflitos; emprego de técnicas do microssistema; e prolação das decisões de mérito mais flexíveis em ações coletivas complexas (v.g. processos estruturais). Naturalmente, essas situações não encerram as hipóteses que exigem a flexibilização procedimental no âmbito coletivo.

Desta forma, a técnica da flexibilização procedimental se mostra importante instrumento para a adequada prestação da tutela jurisdicional nos processos coletivos, embora, válido ressaltar, não seja a resposta para a solução de todos os problemas no trato teórico e prático da matéria. Ainda há muito o que se avançar no tratamento do processo coletivo e um substancial avanço somente ocorrerá quando se abandonar, de vez, a aplicação da racionalidade do processo individual no processo coletivo.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, Arruda. Coisa julgada nas ações coletivas e identidade de causas entre ação civil pública e ação popular. In: MILARÉ, Édis. *Ação civil pública após 30 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- _____. *Manual de Direito Processual Civil*. 18. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- AMENDOEIRA JR., Sidnei. *Fungibilidade de meios*. São Paulo: Atlas, 2008.
- ARAGÃO, Egas Moniz de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1989. v. 2.
- ARAUJO, José Aurelio. A eficácia epistêmica da fase preparatória do processo bifásico. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 241, n. 2015, p. 369-410, mar. 2015.
- ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- _____. Processos estruturais no direito brasileiro: reflexões a partir do caso da ACP do carvão. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 475-491.
- ALMEIDA, Gregório Assagra de. *Direito Processual Coletivo: um novo ramo do Direito Processual (princípios, regras interpretativas e a problemática da sua interpretação e aplicação)*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ASSIS, Jacy de. Os procedimentos especiais na sistemática processual brasileira. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 178-191, jul.-set.1976.
- BALEOTTI, Francisco Emilio. Poderes do juiz na adaptação do procedimento. *Revista de Processo*, São Paulo. v. 37, n. 213, p. 389-408, nov.2012.
- BARROZO, Thaís Aranda. Política ambiental – 1ª Vara da Subseção Judiciária de Criciúma/SC (Justiça Federal) – Ação Civil Pública nº 93.80000533-4 (Caso Criciúma) – Sentença em 05 de Janeiro de 2000. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 549-555.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o Processo*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- _____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- BERMUDES, Sérgio. Procedimentos em matéria processual. *Revista de Direito da Defensoria Pública*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 5, p. 161-167, fev. 1991.
- BIAVATI, Paolo. Flessibilità, semplificazione e gestione del processo civile: prospettiva italiana. In: ZUFELATO, Camilo *et. al* (coord.). *Colóquio Brasil-Itália de Direito Processual Civil*. Salvador: Juspodivum, 2015.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. *Proporcionalidade e processo: a garantia constitucional da proporcionalidade, a legitimação do processo civil e o controle das decisões judiciais*. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Paula Sarno. *Norma de processo e norma de procedimento: o problema da repartição de competência legislativa no Direito Constitucional brasileiro*. Salvador: Juspodivum, 2015.

BUENO, Cássio Scarpinella. In: _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.

_____. In: _____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 2.

_____. *Curso sistematizado de Direito Processual Civil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. v. 1.

BULOW, Oscar Von. *Las excepciones y los presupuestos procesales*. Tradução de Miguel Angel Rosas Lichtschein. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1964.

CABRAL, Antonio do Passo. As convenções processuais e o termo de ajustamento de conduta. In.: ZANETI JR. Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodivum, 2016.

CALAMANDREI, Piero. *Opere giuridiche: Istituzioni di Diritto Processuale Civile*. Roma: Roma ter-Press, 2019. v. 4.

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 2.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo Processo Civil brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. Novo CPC ampliou sobremaneira os poderes do juiz. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jun-23/alexandre-freitas-camara-cpc-ampliou-poderes-juiz>. Acesso em: 9 nov. 2019.

CAMBI, Eduardo; NEVES, Aline Regina das. Flexibilização procedimental no novo Código de Processo Civil. *Revista de Direito Privado*. São Paulo, n. 64, p. 219-259, out-dez.2015.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre, Fabris. 1988.

_____. Appunti sulla tutela giurisdizionale di interessi collettivi o diffusi. In: *Le azioni a tutela di interessi collettivi*. Padova: CEDAM, 1976. p. 192-207.

CARNELUTTI, Francesco. *Diritto e processo*. Napoli: Morano, 1958.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____; _____. *Teoria geral do processo*. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CHAYES, Adam. The role of the judge in the public law litigation. *Harvard Law Review*, vol. 89, n. 7, p. 1.285-1.302, mai.1976.

CHIARLONI, Sergio. Etica, formalismo processuale, abuso del processo. *Revista de Processo*. São Paulo. v.40, n. 239, p. 105-117, jan.2015.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2 ed. brasileira. Tradução de J. Guimarães Menegale, São Paulo: Saraiva, 1965. v. 1.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2. ed. Tradução de J. Guimarães Menegale, São Paulo: Saraiva, 1965. v. 3.

COSTA, Moacyr Lobo da. *Breve notícia histórica do Direito Processual Civil Brasileiro e de sua literatura*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

COSTA, Susana Henriques da. A imediata judicialização dos direitos fundamentais sociais e o mínimo existencial: relação direito e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 397-421.

_____. In: _____ (coord.). *Comentários à Lei de Ação Civil Pública e Lei de Ação Popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

COUTURE, Eduardo J. *Interpretação das leis processuais*. Tradução de Gilda Maciel Corrêa Meyer Russomano. São Paulo: Max Limonad, 1956.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *Governança judicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no Processo Civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____; TUCCI, Rogério Lauria. *Constituição de 1988 e processo: regramento e garantias constitucionais do processo*. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____; AZEVEDO, Luiz Carlos de. *Lições de História do Processo Civil romano*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Novo Código de Processo Civil introduz a audiência de conciliação ou de mediação. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 26 abr. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-abr-26/paradoxo-corte-cpc-introduz-audiencia-conciliacao-ou-mediacao>. Acesso em: 5 out. 2019.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Negócios jurídicos processuais no Processo Civil brasileiro. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. *Negócios processuais*. Salvador: Juspodivum, 2015.

DENTI, Vittorio. Giustizia e partecipazione nella tutela dei nuovi diritti. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al* (coord.). *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. 17. ed. Salvador: Juspodivum, 2015. v.1.

- _____. *Curso de Direito Processual Civil*. 19. ed. Salvador: Juspodivum, 2017. v. 1.
- _____; ZANETI JR., Hermes. *Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo*, 10. ed. Salvador: JusPodivum, 2016. v. 4.
- _____; _____. *Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo*. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. v. 4.
- _____. Os três modelos de Direito Processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 36, n. 198, p. 213-225, ago. 2011.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- _____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. v. 1.
- _____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017. v. 2.
- _____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. v. 3.
- _____. In: LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. 1. ed. brasileira. Tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- _____; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria geral do novo Processo Civil*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
- DINAMARCO, Pedro da Silva. Competência, conexão e prevenção nas ações coletivas. In: MILARÉ, Édis (coord.). *A ação civil pública após 20 anos: efetividade e desafios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 505-518.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil brasileiro*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v.1.
- FAZZALARI, Elio. *Istituzioni di Diritto Processuale*. 5. ed. Padova: CEDAM, 1989.
- FELITTE, Beatriz Valente. A adaptabilidade procedimental no CPC 2015: a restrição ao amplo poder judicial projetado e o enaltecimento da participação das partes. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos *et al.* (coord.). *Processo em jornadas*. Salvador: Juspodivum, 2016. p. 123-132.
- FERRARO, Marcella Pereira. *Do processo bipolar a um processo coletivo-estrutural*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná. Paraná, 2015.
- FISS, Owen. *Um novo Processo Civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, Constituição e sociedade*. Tradução coordenada por Carlos Alberto de Salles. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- FRIEDENTHAL, Jack. *Civil Procedure*, 5th, (Hornbook Series). West Academic. Edição do Kindle.
- GABBAY, Daniela Monteiro. *Pedido e causa de pedir*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização procedimental*. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. O Processo Coletivo refém do individualismo. In: ZANETI JR, Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodivum, 2016. p. 133-156.

GASPARINI, Diógenes. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à Lei de Ação Civil Pública e Lei de Ação Popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

GAVRONSKI, Alexandre Amaral. Autocomposição no novo CPC e nas ações coletivas. In: ZANETI JR., Hermes (coord.). *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodivum, 2016. p. 333-361.

GIDI, Antonio. *Coisa julgada e litispendência em ações coletivas*. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. *Rumo a um código de processo civil coletivo: a codificação das ações coletivas no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GOLDSCHMIDT, James. *Derecho Procesal Civil*. Tradução de Leonardo Pietro Castro e notas de Niceto Alcalá-Zamora y Castillo. Buenos Aires: Labor, 1936.

GOMES JÚNIOR, Luiz Manoel; FAVRETO, Rogério. Anotações sobre o Projeto da nova Lei da Ação Civil Pública. In: MOREIRA, Alberto Camiña *et al.* (coord.). *Panorama atual das tutelas individual e coletiva: estudos em homenagem ao professor Sérgio Shimura*. São Paulo, Saraiva, 2011. p. 530-543.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Caminhos e descaminhos do controle jurisdicional de políticas públicas no Brasil. In: _____ *et al.* (coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Juspodivum, 2017. p. 423-448.

_____. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. *Revista de Processo*. São Paulo. v. 12, n. 46. p. 60-83, abr.- jun.1987.

_____. Direito Processual Coletivo. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos (coord.). *Tutela Coletiva: 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, 15 anos do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 302-308.

_____. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. In: _____ *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2.

_____. O projeto de novo CPC e sua influência no minissistema de processos coletivos: a coletivização dos processos individuais. In: BENJAMIN, Antonio Herman *et al.* (coord.). *Processo coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 1.431-1.436

_____. Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC. In: _____ *et al.* *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 1-21.

_____; BRAGA, João Ferreira. Os institutos fundamentais do processo coletivo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: um patrimônio hermenêutico em formação”. In: BENJAMIN, Antonio Herman *et al.* (coord.). *Processo coletivo: do surgimento à atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 1.281-1.358.

_____. Tutela jurisdicional dos interesses difusos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 4, n. 14/15, p. 25-44, abr.set., 1979.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução de João Baptista Machado. 7. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KLONOFF, Robert. *Class Actions and Other Multi-Party Litigation in a Nutshell*, 4th. West Academic. Edição do Kindle.

KOCHEM, Ronaldo. Introdução às raízes históricas do princípio da cooperação. *Revista de Processo*. v. 41, n. 251, p. 75-111, jan. 2016.

KOMATSU, Roque. *Da invalidade no processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

LACERDA, Galeno. O Código como sistema legal de adequação do processo. *Revista do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul: comemorativa do cinquentenário*. Porto Alegre, 1976.

LEAL, Márcio Flávio Mafra. *Ações coletivas: história, teoria e prática*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.

LENZA, Pedro. *Teoria geral da ação civil pública*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de pedir e pedido*. São Paulo: Método, 2006.

_____. Considerações introdutórias sobre o Direito Processual Constitucional. In: PUOLI, José Carlos Baptista *et al.* (coord.). *Direito Processual Constitucional*. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016. p. 197-220.

_____. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à Lei de Ação Civil Pública e Lei de Ação Popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

_____. *Manual do processo coletivo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

LESSA NETO, João Luiz. O novo CPC adotou o modelo multiportas!!! E agora?!. *Revista de Processo*. São Paulo. v. 40, n. 244, p. 427-441. jun./2015.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. 1. ed. brasileira. Tradução e notas de Cândido Rangel Dinamarco. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Fundamentos do processo estrutural. In: JAYME, Fernando Gonzaga. *Inovações e modificações do Código de Processo Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2017. p. 11-20.

_____; GABBAY, Daniela Monteiro. Superação do modelo processual rígido pelo Anteprojeto do Código Brasileiro de Processos Coletivos, à luz da atividade gerencial do juiz. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Direito processual coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Interesses difusos: conceito e legitimação para agir*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MATTOS, Sérgio. Princípio da adequação do processo na visão de Galeno Lacerda. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 38, n. 226, p. 147-161. dez.2013.

MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos especiais*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela de direitos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____; _____. *O novo Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, José Frederico. *Instituições de Direito Processual Civil*. 1. ed. atual. Atualização de Ovídio Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000. v. 1.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 1. ed. atual. Atualização de Ovídio Rocha Barros Sandoval. Campinas: Millennium, 2000. v. 2.

MAZZEI, Rodrigo. In: COSTA, Susana Henriques da (coord.). *Comentários à Lei de Ação Civil Pública e Lei de Ação Popular*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MAZZILLI, Hugo Nigro. O processo coletivo e o Código de Processo Civil de 2015. In: ZANETI JR., Hermes. *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodivum, 2016. p. 185-213.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MITIDIERO, Daniel. Colaboração no Processo Civil como Prêt-à-Porter? Um convite ao diálogo para Lenio Streck. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 36, n. 194, p. 55-68. abr.2011.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A ação popular do direito brasileiro como instrumento de tutela jurisdicional dos chamados interesses difusos. In: _____. *Temas de direito processual*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 110-122.

_____. Ações coletivas na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, São Paulo. v. 16, n. 61, p. 187-2000, jan.-mar.1991.

_____. A revolução processual inglesa. In: _____. *Temas de direito processual: nona série*. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 69-85.

_____. O futuro da justiça: alguns mitos. In: _____. *Temas de direito processual: oitava série*. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. *O novo Processo Civil brasileiro*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. Por um processo socialmente efetivo. In: _____. *Temas de direito processual: oitava série*. São Paulo: Saraiva, 2004.

NALINI, José Renato. Direito subjetivo, interesse simples, interesse legítimo. *Revista de Processo*, v. 10, n. 38, p. 240-250. abr-jun.1985.

_____. Processo e procedimento: distinção e a celeridade da prestação jurisdicional. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 85, n. 730, p. 673-688, ago., 1996.

NERY JÚNIOR, Nelson. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil comentado*. 17. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

_____. *Princípios do processo na Constituição Federal: Processo Civil, Penal e Administrativo*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de improbidade administrativa: direito material e processual*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

_____. *Novo Código de Processo Civil comentado*. Salvador: Juspodivum, 2016.

_____. *Preclusões para o juiz: preclusão pro judicato e preclusão judicial no Processo Civil*. São Paulo: Método, 2004.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. Flexibilização do binômio “processo tradicional”/”processo coletivo”: breve análise da presença do indivíduo em processos coletivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 35, n. 189, p. 53-87, nov.2010.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no Processo Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. Efetividade do processo de conhecimento. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 24, n. 96, p. 59-69, out.-dez., 1999.

_____. O formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo. *Revista de Processo*. São Paulo, vol. 137/2006. p. 7-31. jul.2006.

_____. Os direitos fundamentais à efetividade e à segurança em perspectiva dinâmica. In: SALLES, Carlos Alberto de (coord.). *As grandes transformações do Processo Civil brasileiro: homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 31-48.

OLIVEIRA, Swarai Cervone de. *Poderes do juiz nas ações coletivas*. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

ONODERA, Marcus Vinicius Kiyoshi. *Gerenciamento do processo e o acesso à justiça*. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

PASSOS, José Joaquim Calmon De. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. v. 3.

_____. Democracia, participação e processo. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Participação e processo*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

PISANI, Andrea Proto. *Lezioni di Diritto Processuale Civile*. Terza edizione. Napoli: Jovene Editore, 1999.

_____. Appunti preliminar per uno studio sulla tutela giurisdizionale degli interessi collettivi (o piu esattamente: superindividuali) innazi al giudice civile ordinário. In: *Le azioni a tutela di interessi collettivi*. Padova: CEDAM, 1976. p. 263-286.

PUOLI, José Carlos Baptista. In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 3. p. 21-22.

_____. Processo e Constituição: alcance amplo, mas não ilimitado dos princípios constitucionais do processo. In: _____ *et al.* (coord.). *Direito Processual Constitucional*. Brasília, DF: Gazeta Jurídica, 2016. p. 115-126.

RAMOS, Elival da Silva. O direito de ação como direito político. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988. p. 150-165.

REIS, José Alberto dos Santos. *Processos especiais*, Coimbra Editora Ltda., 1982. v. 1.

RODRIGUES, Geisa de Assis. *Ação civil pública e termo de ajustamento de conduta: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROQUE, Andre Vasconcelos. O cabimento do agravo de instrumento: ações coletivas. *Jota*, São Paulo. 15 jan. 2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-cabimento-agravo-de-instrumento-aco-es-coletivas-15012017>. Acesso em: 19 out. 2019, às 17:57.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Max Limonad, 1971. v. 1.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. In: BUENO, Cássio Scarpinella (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.

_____. *Preclusão processual civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de Processo Civil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 1.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de processos judiciais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

TALAMINI, Eduardo. Prova emprestada no Processo Civil e Penal. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 23, n. 91, p. 92-114. jul.-set, 1998.

TARUFFO, Michele. *A justiça civil: da Itália ao Brasil, dos setecentos a hoje*. Tradução de Daniel Mitidiero. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Ainda a polêmica sobre a distinção entre a jurisdição contenciosa e a jurisdição voluntária espécies de um mesmo gênero ou entidades substancialmente distintas? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 36, n. 198, p. 13-49. ago.,2011.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.

VENTURI, Elton. *Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

VIGORITI, Vincenzo. *Interessi collettivi e processo: la legittimazione ad agire*. Milano: Giuffrè, 1979.

VIOLIN, Jordão. O contraditório no Processo Coletivo: *amicus curiae* e princípio da cooperação. In: ZANETTI JR., Hermes (coord.), *Processo Coletivo*. Salvador: Juspodivum, 2016.

VITORELLI, Edilson. *O devido processo legal coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

WATANABE, Kazuo. Acesso à justiça e sociedade moderna. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2.

YARSHELL, Flávio Luiz. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique (coord.). *Negócios processuais*. Salvador: JusPodivum, 2015.

_____. *Tutela jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: DPJ, 2006.

ZANETTI JR., Hermes. A teoria da separação de poderes e o estado democrático constitucional: funções de governo e funções de garantia. In: Ada Pellegrini Grinover *et al.* *O controle jurisdicional de políticas públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

ZAVASCKI, Teori. *Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.